Quarta-feira, 30 DE MAIO DE 2018 DIÁRIO OFICIAL Nº 33628 ■ 135

#### CONTINUAÇÃO

### TERMINAL DE GRÃOS PONTA DA MONTANHA S.A. CNPJ: 17.441.792/0001-32

ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado;

A Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou tiver assumido uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem demora significativa a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (b) a Companhia não tiver transferido nem retido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas tiver transferido o controle sobre o ativo. ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Á Companhia avalia, a cada data do relatório sobre demonstrações financeiras, se há alguma evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado estar deteriorado se, e apenas se, houver evidência objetiva de perda do valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que tiver(em) ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo (um "evento de perda" incorrido) e esse evento de perda tenha um impacto nos futuros fluxos de caixa estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possam ser estimados com segurança. Evidência de redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que os devedores ou um grupo de devedores estão passando por uma dificuldade financeira relevante, inadimplemento ou inadimplencia de pagamento de juros ou principal, a probabilidade de que estes irão entrar em falência ou em outra reorganização financeira e quando dados observáveis indiquem que há uma queda mensurável dos fluxos de caixa futuros estimados, como, por exemplo, mudanças em atraso ou em condições econômicas que se correlacionam com inadimplência.

iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros dentro do escopo do CPC 38 são classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

Todos os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo deduzidos, no caso de empréstimos e financiamentos, de custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia incluem duplicatas e outras contas a pagar, e contratos de mútuo junto a partes relacionadas.

Mensuração subsequente

- A mensuração dos passivos financeiros depende de sua classificação conforme descrito abaixo:
   Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

- Desreconhecimento de passivos financeiros
- Passivos financeiros são desreconhecidos quando:
- A obrigação sob o passivo for liquidada, cancelada ou expirar;
   Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo concessor de empréstimos com termos substancialmente diferentes;
- Os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, e essa substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo;
- A diferenca nos respectivos valores contábeis for reconhecida na demonstração do resultado.
- iv) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o montante líquido é relatado na demonstração da posição financeira se, e somente se:

- Houver um direito legal correntemente executável de compensar os montantes reconhecidos;
- Houver a intenção de liquidar em uma base líquida, ou de realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. • v) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que são negociados em mercados ativos em cada data do relatório sobre demonstrações financeiras é determinado tendo como referência preços cotados de mercado ou cotações de preços de revendedor, sem qualquer dedução para custos de transação

Para instrumentos financeiros não negociados em um mercado ativo, o valor justo é determinado utilizando técnicas adequadas de avaliação. Essas técnicas podem incluir:

- O uso de transações de mercado recentes sem conflito de interesses.
- Referência ao valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo;
- A análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.
- vi) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia realizou uma revisão da redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2017. Caso haja algum indicativo de *impairment*, baseado em um questionário e análise dos fluxos de caixa do último exercício fiscal, a Companhia deverá calcular o valor em uso dos ativos baseados em um modelo de fluxo de caixa descontado. A Companhia concluiu que não há indicadores de *impairment*.

f) Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos a termo de moeda e futuros, para proteger seus riscos de moeda estrangeira. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato derivativo é celebrado e são subsequentemente

mensurados pelo valor justo. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

g) <u>Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes</u>
Ativos (excluindo créditos diferidos de Imposto de Renda e de Contribuição Social sobre o Lucro), com conclusão esperada ou destinados à venda ou ao consumo no prazo de 12 meses a contar da data do balanço patrimonial são classificados como ativos circulantes. Passivos (excluindo débitos diferidos de Imposto de Renda e de Contribuição Social sobre o Lucro) com liquidação estimada dentro de 12 meses a contar da data do balanço patrimonial são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos são classificados como "não circulantes".

3. **Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis**O processo de elaboração de demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e julgamentos que afetam os valores contábeis dos ativos e passivos da Companhia, bem como o reconhecimento de receitas e despesas. Essas estimativas e julgamentos são baseados na experiência histórica da Companhia e no conhecimento e compreensão da Administração dos atuais fatos e circunstâncias. As estimativas são revisadas em bases regulares. Revisões nas estimativas contábeis são reconhecidas no

período em que essas estimativas são revisadas se a revisão afeta apenas aquele período, ou no período da revisão e períodos futuros se a revisão afetar ambos.

No processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos os quais têm o efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiro Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos bens

### 3.1. Normas novas, alterações e interpretações de normas

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar tais normas quando entrarem em vigência, se aplicável.

<u>CPC48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros</u> - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros; que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de contabilização e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização e mensuração. de hedge. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de hedge, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas. CPC 47/IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - a IFRS 15 foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia pretende adotar tais normas quando estas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os

impactos nas informações contábeis que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções. Até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras a Administração não finalizou a mensuração do

efeitos destes novos pronunciamentos, estando assim impossibilitada de divulgar tais efeitos. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da dministração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

# 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	3.083	331
Certificados de depósitos bancários	14.562	8.416
Total	17.645	8.747

Os certificados de depósitos bancários (CDB) são remunerados à taxa de 6,89% ao ano e, embora possan vencimentos de longo prazo, podem ser resgatados a qualquer tempo, sem prejuízo da remuneração.

# 5. Impostos a recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Servicos (ICMS) em relação às compras de ativo imobilizado	33	31
Imposto de renda e contribuição social	1.180	4.814
Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	89	5
<u> </u>	1.302	4.850

# 6. Ativo imobilizado

Custo	Máquinas e	Edificações e	Terrenos	Veículos	Embarcações	Móveis e	Imobilizado em	Total
	equipamentos	benfeitorias			Lilibarcações	utensílios	andamento	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	129.100	158.786	23.236	322	-	809	133.669	445.922
Adições	587	6.927	-	161	-	48	148.641	156.364
Baixas	-	-	-	-	-	-	(40.701)	(40.701)
Transferências	(2.183)	22	-	-	-	-	2.848	687
Efeito de variação câmbial decorrente da moeda de apresentação	(21.244)	(26.717)	(3.842)	(64)	-	(137)	(29.421)	(81.425)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	106.260	139.018	19.394	419	-	720	215.036	480.847
Adições	4.791	22.976	-	-	-	8	4.869	32.644
Baixas	(518)	(428)	-	-	-	-	(4.706)	(5.652)
Transferências	42.241	120.708	-	(146)	34.319	(179)	(196.943)	-
Efeito de variação câmbial decorrente da moeda de apresentação	3.288	7.301	291	1	1.249	5	(3.760)	8.375
Saldos em 31 de dezembro de 2017	156.062	289.575	19.685	274	35.568	554	14.496	516.214
Depreciação acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(6.397)	(3.727)	-	(51)	-	(110)	-	(10.285)
Adições	(8.344)	(4.954)	-	(84)	-	(109)	-	(13.491)
Efeito de variação cambial decorrente da moeda de apresentação	1.612	944	-	14	-	26	-	2.596
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(13.129)	(7.737)	-	(121)	-	(193)	-	(21.180)
Adições	(14.946)	(11.041)	-	(82)	(858)	(90)	-	(27.017)
Baixas	65	44	-	-	-	-	-	109
Transferências	589	(116)	-	-	(473)	-	-	-
Efeito de variação cambial decorrente da moeda de apresentação	(741)	(518)	-	(5)	(31)	(6)	-	(1.301)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(28.162)	(19.368)	-	(208)	(1.362)	(289)	-	(49.389)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2016	93.131	131.281	19.394	298	-	527	215.036	459.667
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2017	127.900	270.207	19.685	66	34.206	265	14.496	466.825